



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

31/10/2016 - Telesíntese

# Fusão de empresas do grupo Telefónica faz papeis da subsidiária brasileira trocarem de mãos

**Telefónica Internacional está em vias de incorporação pela Telefónica Latinoamérica Holding.**

Uma fusão de empresas dentro do grupo espanhol Telefónica mexeu com a estrutura de capital social da subsidiária brasileira. Em comunicado enviado nesta segunda-feira, 31, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Telefónica Brasil informa que a Telefónica Internacional (TISA) transferiu à subsidiária Telefónica Latinoamérica Holding (TLH) todas as ações que detinha. Com a media, a TLH passou a ter 24,09% do

capital social da empresa.

A transferência de participação acionária "decorreu de sucessão universal no âmbito de uma reorganização interna no grupo", através da qual a TISA foi incorporada à TLH. Segundo as companhias, as mudanças não têm como objetivo alterar o controle da Telefónica Brasil, nem mexer na sua estrutura administrativa.

28/10/2016 - Telesíntese

# União europeia quer que Whatsapp suspenda partilha de dados com Facebook

**Aplicativo deve deixar de enviar informações a sua controlada enquanto bloco analisa legalidade da iniciativa.**

A União Europeia comunicou o WhatsApp que quer a suspensão do compartilhamento de dados do aplicativo de mensagens com o Facebook. A suspensão deve acontecer enquanto o bloco investiga essa partilha, resultado de uma nova política adotada pelas empresas em agosto.

Um grupo de trabalho foi criado pelos europeus para analisar o caso e teria enviado uma carta cobrando informações adicionais das empresas sobre a nova

política de dados pessoais. E alertou que o compartilhamento não deve acontecer até que fique clara a proteção legal dos usuários.

Os novos termos de uso do WhatsApp gerou rebuliço em vários países. Na Europa, além da representação do bloco, Alemanha, Inglaterra e Itália manifestaram contrariedade com a mudança, que é vista por muito como unilateral. (Com agências internacionais)

27/10/2016 - Telesíntese

## Claro registra prejuízo de R\$ 431,7 milhões

Receita também caiu no terceiro trimestre. De janeiro a setembro, prejuízo soma R\$ 964,2 milhões. Empresa comemora crescimento no pós-pago.

A Claro Telecom Participações, holding que reúne Claro, Embratel e Net, divulgou no final desta quinta-feira, 27, o balanço financeiro para o terceiro trimestre do ano. A companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 431,7 milhões. O valor é 62% menor que o prejuízo visto no mesmo trimestre de 2015 (R\$ -1,14 bilhão).

As perdas menores não foram resultado de melhora da receita. Na verdade, a receita da empresa caiu 2,6% em um ano, passando a R\$ 8,19 bilhões. O EBITDA (lucro antes de impostos e amortizações) também encolheu, para R\$ 2,37 bilhões (-5,5%).

Para a companhia, os números têm um lado positivo. "O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial", afirma no relatório. Ao longo do ano, a empresa adotou políticas de redução de custos, e o grande gerador de receita continuou a ser a Net, com seus acessos fixos, cujo faturamento subiu 11,6%.

A melhora seria mais perceptível se ainda fosse contabilizado pela Claro Par os ganhos com SVA, que hoje são tocados por outra empresa da América Móvil no Brasil, segundo o balanço. Normalizados os resultados, teria havido crescimento de 0,5% nas receitas e de 2,6% no EBITDA.

### Janeiro a setembro

Nos nove primeiros meses do ano a Claro registra receita líquida de R\$ 24,45 bilhões, 2,8% menor



que no mesmo período de 2015. O EBITDA encolheu 8%, para R\$ 6,8 bilhões. Em compensação, o prejuízo líquido diminuiu 70%, para R\$ 964,2 milhões. Novamente, olhando-se os dados "normalizados", a empresa teria registrado crescimento de receita de 0,6% e de EBITDA de

0,8%.

A empresa comemora a evolução no pós-pago. "A Claro está sendo bem sucedida no crescimento da base de serviços móveis pós-pagos, segmento de maior rentabilidade e que contempla as vendas de planos com smartphones". Em comparação ao mesmo período de 2015 a base de assinantes de pós-pago cresceu 7,1%.

A Claro encerrou setembro com 63,5 milhões de clientes móveis, entre pré e pós-pagos, diminuição de 9,7% em um ano. No fixo, terminou com 36,9 milhões, melhora de 0,6% em um ano. ARPU, entre todos os clientes, ficou em R\$ 14, estável em relação a 2015. Já o churn subiu de 3,5% para 3,8%.

### AMX

A América Móvil, holding mexicana da qual a Claro Par é subsidiária, registrou crescimento de receita de 9,1%, para 214 bilhões de pesos mexicanos, equivalente a US\$ 13,2 bilhões. O EBITDA ficou em US\$ 3,6 bilhões, alta de 1,5%. Já o lucro líquido foi de US\$ 112,72 milhões. Um ano antes, registrava prejuízo de US\$ 153 milhões. O endividamento do grupo caiu de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 32,33 bilhões.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/10/2016 - Vermelho

# Em 13 anos, Brasil transferiu R\$ 3 trilhões ao sistema financeiro

A busca incessante por superávits primários – elevada a um patamar superior na gestão Temer-Meirelles – drena verbas de áreas como saúde, educação, previdência e novos investimentos para o pagamento de juros da dívida pública. Tudo sob o argumento de que é preciso equilibrar as contas do governo. Apesar de tamanho esforço fiscal, que prejudica a maioria da população em benefício de poucos rentistas, o estoque do endividamento só faz crescer, expondo a falácia do discurso corrente.

Kliass: "catastrofismo" criado em torno da dívida é utilizado justificar ajuste e privatizações, que beneficiam rentistas e elite empresarial. Kliass: "catastrofismo" criado em torno da dívida é utilizado justificar ajuste e privatizações, que beneficiam rentistas e elite empresarial. Por Joana Rozowykwiat

De acordo com relatório do Tesouro Nacional, pela primeira vez na história, a dívida pública federal superou o simbólico marco de R\$ 3 trilhões. Só entre agosto e setembro, houve um aumento de 3,1%, e o montante passou de R\$ 2,955 trilhões para R\$ 3,046.

Se analisados os últimos doze meses, o estoque da dívida pública federal cresceu pouco mais de 10%. Saiu de cerca de R\$ 2,7 trilhões para o atual patamar. Em entrevista ao Portal Vermelho, o economista Paulo Kliass destaca que, no mesmo período, o Brasil pagou algo em torno de R\$ 400 bilhões em juros.

O valor é cerca de 13 vezes maior que o previsto no Orçamento de 2017 para o Programa Bolsa Família (R\$ 29,7 bilhões) e quase 12 vezes acima dos investimentos em Educação (R\$ 33,7 bilhões).

O pior dos mundos

Segundo os cálculos de Kliass, de 2003 até hoje - com uma taxa básica de juros em 14%, que mantém o país campeão de juros reais no mundo -, o Brasil transferiu ao sistema financeiro o equivalente a R\$ 3 trilhões em valores atualizados. Mesmo assim, o estoque da dívida só fez crescer. Saiu de R\$ 965,8 bilhões em dezembro de 2003 para agora ultrapassar os R\$ 3 trilhões.

"É um absurdo. Ou seja, você tem um crescimento muito grande do estoque da dívida, apesar de todo o esforço que foi feito, em termos de política econô-

mica, por mais de 20 anos, no sentido de promover a chamada geração de superávit primário", critica Kliass, que é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.

Um governo registra superávit primário quando, ao final de um período, o valor que gasta é menor que aquilo que arrecada. Nesse cálculo, contudo, só são computadas as despesas primárias - aquelas com saúde, educação, previdência, pessoal, novos investimentos etc. Os gastos de natureza financeira não entram nesta conta. Em outras palavras, como o superávit primário não computa as despesas financeiras, ele representa a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública.

O cenário atual "é o pior dos mundos", avalia o economista, ao apontar que, por mais que o Brasil tenha seguido a cartilha do financismo - comprimindo despesas que beneficiariam a maioria da população para assegurar recursos do orçamento para o pagamento de juros -, a dívida continua a crescer. "Fazer a política do 'bom mocismo' não resolve. Porque a taxa de juros é muito alta", concluiu.

"Você cumpre o seu dever de casa aos olhos do sistema financeiro, faz um baita de um esforço fiscal, o país inteiro sofre por isso, tudo com o discurso de que isso é para reduzir o endividamento, mas, nesses últimos 13 anos, o país pagou R\$ 3 trilhões em juros e ainda aumentou o estoque de endividamento, comprometendo a política econômica agora. Isso é uma loucura", afirmou.

A combinação da perseguição ao superávit com elevadas taxas de juros – que fazem a dívida se ampliar por mais que se dispendam recursos para administrá-la – beneficia muito poucos, em detrimento da maior parte da população. Ganham basicamente as instituições do sistema financeiro nacionais e internacionais e setores do topo da pirâmide econômica e social, que têm parcela de seus ativos mobiliários na forma de dívida pública.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/288963-1>

31/10/2016 - Vermelho

## ONU deve combater a sonegação de impostos

**A ONU não pode tolerar mais o escândalo das jurisdições secretas que facilitam a evasão fiscal, a corrupção e a lavagem de dinheiro.**

Um especialista da Organização das Nações Unidas (ONU) pediu à comunidade internacional que combata a sonegação de impostos e realize esforços reais para acabar com os paraísos fiscais, que fazem com que os Estados sejam privados de recursos essenciais para o financiamento de serviços básicos, para a proteção dos direitos humanos e do desenvolvimento mundial.

“A ONU não pode tolerar mais o escândalo das jurisdições secretas que facilitam a evasão fiscal, a corrupção e a lavagem de dinheiro”, afirmou à Assembleia Geral o advogado cubano-estadunidense Alfred de Zayas, especialista independente do foro mundial sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa.

De Zayas mostrou números sobre os custos humanos da sonegação, apontando os bilhões de dólares mantidos em territórios externos para escapar da tributação, e como esse desvio limita os recursos necessários para combater a pobreza extrema e as consequências da crise climática, entre outros problemas urgentes.

Ele também descreveu este “saqueamento sistêmico da sociedade” em um novo informe apresentado à Assembleia Geral, que concluiu que os paraísos fiscais guardam cerca de 32 bilhões de dólares, das mais variadas origens. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, esta prática custa aos países em desenvolvimento mais de 100 bilhões de dólares por ano.

Somente em 2011, os países em desenvolvimento do hemisfério Sul perderam quase 950 bilhões de dó-



lres devido a movimentos financeiros ilícitos, incluindo a evasão de impostos. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o montante foi sete vezes superior à ajuda oficial para o desenvolvimento enviada naquele mesmo ano, e consideravelmente mais que os custos estimados para se alcançar os Obje-

tivos de Desenvolvimento do Milênio.

A preocupação com o tema da evasão fiscal e as jurisdições secretas foi reavivada no mês de abril deste ano, quando o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ, por sua sigla em inglês) difundiu os documentos que ficaram conhecidos como “Panamá Papers”, que revelaram como um bufê de advogados panamenhos ajudou a milhares de destacadas personalidades a criar empresas offshore secretas e a utilizar paraísos fiscais.

Dentro dos quase 12 milhões de documentos vazados está o caso da empresa Heritage Oil and Gas Ltd Company, que a firma panamenha Mossack Fonseca teria ajudado a evitar o pagamento de 404 milhões de dólares em impostos ao Estado de Uganda, através da triangulação de dinheiro no paraíso fiscal das Ilhas Maurício.

Para a Uganda, que tem serviços de saúde insuficientes e uma das mais altas taxas de mortes maternas no mundo, esses recursos sonegados representam mais que o seu orçamento anual em saúde pública. A Mossack Fonseca nega ter cometido ilícitos.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289030-1>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

# Dieese: 13º salário injeta R\$ 197 bilhões na economia

A economia brasileira deverá receber aproximadamente R\$ 197 bilhões devido ao pagamento do 13º salário. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), isso significa a movimentação de cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O rendimento, com valor médio de R\$ 2.192, deverá ser pago a 84 milhões de trabalhadores.

Em comparação com 2015, o montante significa um crescimento de 8,2% sobre os R\$ 182 bilhões pagos no ano passado. Considerando apenas os trabalhadores formais ativos, há uma queda de 3,4% em relação ao que foi pago no último fim de ano.

Para fazer a estimativa, o Dieese utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Também são levados em consideração os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Dos beneficiados com o pagamento do salário extra, aproximadamente 33,6 milhões (39,9%) são aposentados ou pensionistas da Previdência Social. Essas pessoas devem receber R\$ 41,3 bilhões, o que representa 21% do valor que será pago.

Os empregados formais respondem por 58,9% dos que receberão o 13º, um total de 49,5 milhões de pessoas. Esse grupo será destinatário de 68,5% dos recursos que serão injetados na economia pelo pagamento da remuneração de fim de ano, um total de R\$ 134,7 bilhões. Estão incluídos os empregados domésticos, que representam 2,5% dos trabalhadores e 1,1% do valor dos pagamentos.

Os aposentados pelo regime próprio da União são 1,2% dos beneficiados – 982,2 mil pessoas. Essa parcela receberá 4,2% dos recursos – R\$ 8,2 bilhões.

## Temer extingue programa de agricultura familiar

Por decreto, o presidente usurpador e atual ocupante do Palácio do Planalto, Michel Temer (PMDB), extinguiu o Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar. Mais um golpe nos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Publicado no último dia 26 de outubro, por meio do Decreto 8889, Temer extinguiu o Departamento que foi fundamental na criação e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no governo legítimo do presidente Lula.

O PAA foi criado pelo governo Lula com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. As secretarias municipais de agricultura compram os alimentos produzidos pelos produtores do município com recursos do Governo Federal e a Secretaria de Assistência Social do Município faz a distribuição dos alimentos para órgãos públicos e famílias carentes.

Lula e depois a presidenta Dilma Rousseff tornaram o programa fundamental para a criação e implantação das compras da agricultura familiar, para a alimentação escolar e o Programa de Biodiesel brasileiro.

Ainda nos governos petistas, esse programa impulsio-

nou a criação do Selo da Agricultura Familiar e a organização da famosa Feira Nacional da Agricultura Familiar. Isso sem falar na valorização dos produtos da sociobiodiversidade, na construção da política de agroecologia e produção orgânica.

Foi criado também o programa Mais Gestão, que leva assistência técnica para cooperativas da agricultura familiar e ajuda a colocar os produtos da agricultura familiar nos supermercados e no exterior.

Para os governos petistas e democráticos, esse programa teve papel fundamental na criação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, assegurando que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotassem medidas necessárias para garantir inspeções e fiscalizações dos produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos, de maneira uniforme, harmônica e equivalente.

Pois é, minhas amigas e meus amigos, ao mesmo tempo em que esse governo ilegítimo aprova no Câmara Federal o AI-5 de Temer, a PEC 241 – que rasga a constituição brasileira –, sorrateiramente baixa decretos como esse, que penalizam os trabalhadores camponeses.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/10/2016 - CUT

# Bancos fecham 9.258 postos de trabalho de janeiro a setembro de 2016

Número é 52,2% maior em comparação com 2015

O setor bancário continua na contramão de desempenhar sua responsabilidade social. Apesar dos altos lucros, a onda de cortes continua desenfreada. De janeiro a setembro de 2016, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), os bancos brasileiros fecharam 9.258 postos de trabalho no país. Isso representa um aumento de 52,2% em relação ao número de postos fechados no mesmo período em 2015, quando foram extintos 6.084 postos. E equivale à quase totalidade dos postos fechados em todo o ano passado (9.886).

“ Quando se acentuou o processo de redução de postos de trabalho, fizemos reuniões com alguns bancos que desconversaram dizendo tratar-se de ajustes. Negaram ser uma tendência. Agora está absolutamente claro: é uma reestruturação e tem tudo a ver com a necessidade de redução de despesas operacionais. A reestruturação está sendo feita no sentido de trocar empregados com menor conhecimento de tecnologia por empregados mais especializados. Além disso, recebendo salários menores, uma vez que estão em começo de carreira. A redução das despesas operacionais, que no caso dos bancos são fortemente impactadas pelas despesas com pessoal, busca melhorar ainda mais o lucro dos bancos, ampliando a Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, a ROE. Continuam deliberadamente na contramão da distribuição de renda e remando contra a retomada do desenvolvimento”, lamentou o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten.

Ainda, segundo a pesquisa, São Paulo foi o estado onde ocorreram mais cortes, com 4.383 postos a menos (quase 47,3% do total de postos fechados), seguido pelo Rio de Janeiro, que fechou 1.463 postos (15,8%), o Paraná, com 678 postos extintos (7,3%) e Minas Gerais com menos de 620 postos (6,7% do total). Somente quatro estados registraram saldo positivo no emprego bancário, com destaque para o Pará, com 105 postos abertos.

A análise por setor de atividade econômica mostra

que os “ Bancos múltiplos, com carteira comercial”, CNAE que engloba grandes instituições como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC e Banco do Brasil foram os principais responsáveis pelo saldo negativo.

A análise por Setor de Atividade Econômica (Tabela 1) revela que os Bancos Múltiplos com Carteira Comercial, categoria que engloba grandes instituições como Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander fecharam 7.302 postos de trabalho (78,9% do total de postos fechados). A Caixa Econômica Federal foi responsável pelo corte de 1.992 postos de trabalho (21,5%).

### Motivos dos Desligamentos

A maioria dos desligados foram trabalhadores mais velhos e com mais tempo no emprego. Do total das demissões ocorridas nos bancos, 61% foram sem justa causa, perfazendo 15.480 desligamentos. Os desligamentos a pedido do trabalhador representaram 29% do total e totalizaram 7.224.

“ Num momento onde o governo ataca a previdência dos trabalhadores e pretende aumentar a idade para aposentadoria, os bancos promovem um desligamento dos trabalhadores mais velhos e com maior tempo de serviço. É uma demonstração de como os trabalhadores correm riscos com esta reforma da previdência. Vai ser cada vez mais difícil o trabalhador conseguir se aposentar porque não vai encontrar mais oportunidades de trabalho a partir de certa idade”, pontuou Roberto.

### Desigualdade entre homens e mulheres

As desigualdades continuam visíveis no setor bancário. As 7.983 mulheres admitidas nos bancos nos primeiros nove meses de 2016 receberam, em média, R\$ 3.088,55. Esse valor correspondeu a 71,3% da remuneração média auferida pelos 7.953 homens contratados no mesmo período, que foi de R\$ 4.330,67.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/bancos-fecham-9-258-postos-de-trabalho-de-janeiro-a-setembro-de-2016-f50b/>

28/10/2016 - CUT

## Mais de 65% das universidades aderem à greve contra PEC da Morte

Ao todo, são 51 universidades federais no Brasil



Servidores técnico-administrativos de 33 universidades federais do Brasil aderiram à greve em protesto à Proposta de Emenda à Constituição do Executivo federal golpista que congela por 20 anos os investimentos em educação, saúde e outros gastos sociais. A categoria também cruzou os braços para dizer não à medida provisória (MP 746) que estabelece a reforma do Ensino Médio, enfraquecendo a educação pública.

Ao todo, são 51 universidades federais no Brasil. De acordo com quadro da Fasubra – federação que representa os técnico-administrativos –, divulgado nesta quinta-feira (27), 30 delas estão em greve desde o dia 24 deste mês. Três instituições paralisarão os trabalhos um pouco depois: Na região Nordeste, a UFAL, que estrará em greve no dia 31 deste mês, e a UFRPE, que vai parar a partir do dia 9 de novembro. Já os técnico-administrativos da UFCSPA, da região Sul, vão parar no dia 8 de novembro.

Os servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília compõem o quadro dos grevistas desde o último dia 24. De acordo com o Sintfub – sindicato que representa a categoria –, o movimento é crescente. Setores de serviços essenciais da Universidade, como o Hospital Universitário, o Restaurante Universitário e o Hospital Veterinário, funcionam com pelo menos 30% do quadro de pessoal, como determina a lei. Já os demais setores, apresentam percentuais diversos de adesão ao movimento paredista. A Biblioteca Central está 100% parada.

A chamada PEC da Morte tinha o número de 241 e foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados. Agora, a proposta está no Senado com o número de PEC 55, e também será votada em dois turnos nesta Casa. Provavelmente, as sessões plenárias do Senado que analisarão a PEC serão realizadas no dia 28 de novembro e 13 de dezembro.